



IA JUSTA E TRANSPARENTE: AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE BOAS PRÁTICAS PARA SISTEMAS PÚBLICOS ALGORÍTMICOS

Victória Suares¹, Raul Greco Junior²

¹Acadêmica do Curso de Engenharia de Software, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Maringá-PR. Bolsista PIBIC/UniCesumar. vtsuares@gmail.com

²Orientador, Doutor, Docente da Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Maringá-PR. raul.junior@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a aplicação de sistemas de Inteligência Artificial (IA) em serviços públicos, com foco nos riscos de viés, falta de transparência e exclusão digital. A pesquisa parte de casos emblemáticos nacionais e internacionais para compreender como algoritmos influenciam decisões sociais em áreas como saúde, assistência social e justiça. A metodologia envolve revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos com base em frameworks técnico-éticos internacionais, como AI Fairness 360, Fairlearn e Model Cards. Espera-se como resultado a elaboração de diretrizes ético-técnicas que possam servir como referência para a avaliação de algoritmos públicos, além da construção de um checklist avaliativo que auxilie gestores, desenvolvedores e pesquisadores. A contribuição esperada está na promoção de uma governança algorítmica mais justa, auditável e transparente, capaz de reduzir desigualdades e ampliar a inclusão digital.

PALAVRAS-CHAVE: Algoritmos; Governança digital; Inteligência Artificial; Justiça social; Transparência.

1 INTRODUÇÃO

A crescente presença da Inteligência Artificial no setor público tem transformado o modo como decisões são tomadas em políticas sociais, saúde, justiça e educação. Apesar de seu potencial inovador, tais sistemas apresentam riscos quando operam como “caixas-pretas”, reforçando desigualdades históricas e reproduzindo preconceitos. Exemplos como o sistema COMPAS, nos Estados Unidos, e a suspensão automatizada de benefícios sociais no Brasil evidenciam falhas na transparência e nos critérios de decisão. Autores alertam para os perigos de algoritmos não auditáveis em contextos sociais sensíveis (EUBANKS, 2018; PASQUALE, 2015; O’NEIL, 2016). Diante disso, este projeto busca responder à seguinte questão: como garantir que sistemas algorítmicos públicos sejam justos, explicáveis e inclusivos?

2 DESENVOLVIMENTO (METODOLOGIA E ANÁLISE EM ANDAMENTO)

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada em três etapas principais:

1. Revisão de literatura sobre ética em IA, governança algorítmica e justiça social, com base em artigos científicos, livros e relatórios técnicos. Essa etapa busca consolidar os principais conceitos e identificar categorias analíticas que orientarão a análise crítica dos casos.
2. Estudo de casos nacionais e internacionais, como o uso de algoritmos no SUS, no INSS e em sistemas judiciais. A análise desses contextos permitirá observar padrões de aplicação da IA, bem como riscos recorrentes de viés, exclusão digital e falta de explicabilidade.
3. Análise crítica com frameworks técnico-éticos, incluindo ferramentas como AI Fairness 360 e Model Cards, que possibilitam examinar dimensões como transparência, justiça e auditabilidade. Também serão consideradas diretrizes institucionais, como a Recomendação da UNESCO (2021).



Os resultados parciais já apontam que muitos algoritmos em uso apresentam baixo nível de explicabilidade e pouca abertura ao controle social, o que reforça a necessidade de diretrizes claras e adaptadas ao setor público.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a pesquisa produza um diagnóstico crítico sobre o uso de algoritmos em serviços públicos, identificando riscos de viés, exclusão digital e opacidade decisional. Como contribuição prática, será elaborada uma proposta de diretrizes ético-técnicas aplicáveis ao contexto brasileiro, de modo a orientar gestores e desenvolvedores na criação de sistemas mais transparentes e inclusivos.

Além disso, pretende-se desenvolver um modelo avaliativo em formato de checklist, que auxilie na auditoria e explicabilidade dos algoritmos, fortalecendo mecanismos de governança digital. Espera-se também a produção de um artigo científico e a apresentação dos resultados em eventos acadêmicos, ampliando o debate sobre justiça algorítmica e a responsabilidade do uso da inteligência artificial no setor público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em desenvolvimento evidencia que o uso de sistemas algorítmicos em serviços públicos, embora traga inovações relevantes, ainda carece de maior transparência, auditabilidade e responsabilidade social. Ao abordar casos nacionais e internacionais, o projeto contribui para o entendimento crítico de como a inteligência artificial pode reforçar desigualdades quando aplicada sem mecanismos claros de governança.

Espera-se que a proposta de diretrizes ético-técnicas, acompanhada de um modelo avaliativo em formato de checklist, represente um avanço prático e aplicável para o setor público brasileiro. Com isso, o trabalho busca não apenas enriquecer o debate acadêmico sobre justiça algorítmica, mas também oferecer subsídios concretos para políticas públicas e para o desenvolvimento de sistemas mais justos, inclusivos e transparentes.

REFERÊNCIAS

GORDON, F. Virginia Eubanks (2018) Automating Inequality: How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor. New York: Picador, St Martin's Press. **Law, Technology and Humans**, v. 1, n. 1, p. 162–164, 25 nov. 2019.

O'NEIL, C.; INTERNET ARCHIVE. **Weapons of math destruction : how big data increases inequality and threatens democracy**. [s.l.] New York : Crown, 2016.

PASQUALE, F. **The Black Box Society** — Harvard University Press. Disponível em: <<https://www.hup.harvard.edu/books/9780674970847>>.

MITTELSTADT, B. D. et al. The Ethics of algorithms: Mapping the Debate. **Big Data & Society**, v. 3, n. 2, p. 1–21, dez. 2016.

Ética da Inteligência Artificial (IA) no Brasil. Disponível em: <<https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/artificial-intelligence-brazil>>.